

ESTALEIRO DE MANUTENÇÃO DA ILHA DA MADEIRA

Estudo Técnico Preliminar 35/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 63983.001832/2026-94

2. Descrição da necessidade

Este documento tem como objetivo justificar a necessidade de iniciar processo licitatório para a aquisição de tarugos de aço inoxidável AISI 304L destinados à fabricação de sobressalentes para os Submarinos da Classe Riachuelo.

A demanda por esses insumos está associada aos Períodos de Manutenção dos submarinos, sendo fundamentada em critérios técnicos e na necessidade operacional dos meios. Esses materiais constituem matéria-prima para a confecção de componentes aplicados em diversos sistemas de bordo, contribuindo para o funcionamento adequado da embarcação e para a confiabilidade dos sistemas. A metodologia empregada para a previsão dos quantitativos baseia-se na substituição programada e na manutenção preventiva dos equipamentos, considerando o desgaste natural decorrente do uso, a degradação por agentes externos e as necessidades identificadas durante inspeções e intervenções técnicas.

Os materiais a serem adquiridos deverão atender às Normas Técnicas emitidas pela Diretoria de Engenharia Naval (DEN), bem como às especificações estabelecidas no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Submarinos da Marinha (PROSUB), elaboradas pela autoridade de projeto, Naval Group. Deverão, ainda, possuir certificação de qualidade, rastreabilidade e conformidade com os requisitos mecânicos, físicos e químicos exigidos para aplicação em ambiente naval.

A disponibilidade desses insumos permite a fabricação interna de sobressalentes pela Oficina de Usinagem deste Estaleiro, considerando que muitos desses componentes não são padronizados de mercado e exigem produção conforme desenhos técnicos e tolerâncias específicas. Nesse contexto, a aquisição contribui para a continuidade das atividades de manutenção, para o cumprimento dos cronogramas estabelecidos e para a adequada operação dos sistemas de bordo.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DIVISÃO DE COMISSIONAMENTO E QUALIDADE	GABRIEL LUCAS SOUSA DA SILVA
SEÇÃO DE USINAGEM	IGOR JOSÉ GUIMARÃES
DIVISÃO DE CONTROLE SOBRESSALENTES	RAFAEL ABREU DOS SANTOS

4. Descrição dos Requisitos da Contratação**Requisitos necessários ao atendimento da necessidade**

O objeto a ser contratado, pelas suas características e com base nas justificativas acima mencionadas, não possui natureza continuada, não havendo necessidade de prorrogação contratual. Para que a presente aquisição seja contratada, não se verificam requisitos mínimos para sua satisfação além da entrega conforme especificação do Termo de Referência.

A entrega dos materiais a serem adquiridos será realizada no Estaleiro de Manutenção da Ilha da Madeira (EMIM), localizado na Estrada Prefeito Wilson Pedro Francisco S/Nº - Ilha da Madeira, Itaguaí - RJ, CEP 23826-640.

O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da assinatura do Termo de Contrato ou do aceite da nota de empenho, ordem de compra ou similar pelo fornecedor. Os bens serão entregues, em remessa única ou parcelada, conforme o caso, no EMIM.

Sustentabilidade

A Contratada deverá adotar os critérios de sustentabilidade ambiental previsto no art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, como também observar as práticas de proteção do meio ambiente previstas nas Leis nº 6.938/1981 e nº 12.187/2009, e as disposições estabelecidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (6ª Edição) da Advocacia-Geral da União (AGU).

Outros Requisitos

O objeto em questão não se enquadra como bem de luxo, conforme disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 10.818 /2021.

Os materiais a serem adquiridos enquadram-se como bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, por possuírem padrões de desempenho e características usuais de mercado, podendo, portanto, ser licitados por meio da modalidade Pregão Eletrônico.

A aquisição atende aos critérios de necessidade, economicidade e interesse público, em conformidade com as diretrizes aplicáveis às contratações no setor público.

A contratada será responsável por todas as despesas e providências relativas ao fornecimento, incluindo transporte, seguro, frete e entrega dos materiais, observando os prazos estabelecidos.

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

O prazo de garantia será aquele previsto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Poderá ser exigida, para fins de habilitação, a apresentação de documentação técnica que comprove o atendimento às especificações dos materiais, assegurando sua qualidade e compatibilidade com os requisitos definidos neste Termo.

Será exigida a apresentação de certificado de qualidade, emitido pelo fabricante ou fornecedor, contendo, no mínimo: identificação do item; lote ou rastreabilidade; especificação do material, incluindo composição química requerida e verificada; propriedades mecânicas aplicáveis (quando pertinente); e dimensões. O documento deverá ser assinado ou validado por representante autorizado, devendo acompanhar o fornecimento, de modo a garantir a rastreabilidade e a conformidade dos materiais

Objeto

Com o objetivo de identificar soluções de mercado que atendam aos requisitos estabelecidos neste Estudo, destaca-se que os materiais a serem adquiridos são amplamente disponíveis no mercado, não havendo restrição a marcas específicas.

A padronização técnica do objeto será assegurada por meio da exigência de conformidade com normas técnicas reconhecidas, tais como normas ASTM, ABNT, ISO ou equivalentes, bem como pelo atendimento às especificações definidas para cada material.

Dessa forma, os fornecedores deverão comprovar que os materiais ofertados atendem aos requisitos técnicos estabelecidos, garantindo propriedades mecânicas, químicas e dimensionais compatíveis com as aplicações previstas no âmbito das atividades de manutenção dos Submarinos da Classe Riachuelo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UF	QTD MÍN	QTD MÁX
1	Barra circular em aço inoxidável austenítico AISI/ASTM 304L, designação X2CrNi18-9 (1.4307), conforme NF EN 10272, fornecida na condição trabalhada a frio (encruada), diâmetro nominal 3/8" (≈ 10 mm), em barras de 6 m. Material com teor máximo de carbono de 0,03%, resistência à corrosão compatível com a classe 304L, resistência à tração mínima de 500 MPa, limite de escoamento mínimo de 190 MPa e alongamento mínimo de 45%, conforme norma aplicável. Fornecimento com certificado de qualidade EN 10204 tipo 3.1 ou equivalente, contendo composição química e propriedades mecânicas, acabamento superficial adequado para usinagem, identificação e rastreabilidade por lote.	UN	1	5

2	<p>Barra circular em aço inoxidável austenítico AISI/ASTM 304L, designação X2CrNi18-9 (1.4307), conforme NF EN 10272, fornecida na condição trabalhada a frio (encruada), diâmetro nominal 3/4" (\approx 20 mm), em barras de 6 m.</p> <p>Material com teor máximo de carbono de 0,03%, resistência à corrosão compatível com a classe 304L, resistência à tração mínima de 500 MPa, limite de escoamento mínimo de 190 MPa e alongamento mínimo de 45%, conforme norma aplicável.</p> <p>Fornecimento com certificado de qualidade EN 10204 tipo 3.1 ou equivalente, contendo composição química e propriedades mecânicas, acabamento superficial adequado para usinagem, identificação e rastreabilidade por lote.</p>	UN	1	5
3	<p>Barra circular em aço inoxidável austenítico AISI/ASTM 304L, designação X2CrNi18-9 (1.4307), conforme NF EN 10272, fornecida na condição trabalhada a frio (encruada), diâmetro nominal 1 1/4" (\approx 30 mm), em barras de 6 m.</p> <p>Material com teor máximo de carbono de 0,03%, resistência à corrosão compatível com a classe 304L, resistência à tração mínima de 500 MPa, limite de escoamento mínimo de 190 MPa e alongamento mínimo de 45%, conforme norma aplicável.</p> <p>Fornecimento com certificado de qualidade EN 10204 tipo 3.1 ou equivalente, contendo composição química e propriedades mecânicas, acabamento superficial adequado para usinagem, identificação e rastreabilidade por lote.</p>	UN	1	5
4	<p>Barra circular em aço inoxidável austenítico AISI/ASTM 304L, designação X2CrNi18-9 (1.4307), conforme NF EN 10272, fornecida na condição trabalhada a frio (encruada), diâmetro nominal 1 1/2" (\approx 40 mm), em barras de 6 m.</p> <p>Material com teor máximo de carbono de 0,03%, resistência à corrosão compatível com a classe 304L, resistência à tração mínima de 500 MPa, limite de escoamento mínimo de 190 MPa e alongamento mínimo de 45%, conforme norma aplicável.</p> <p>Fornecimento com certificado de qualidade EN 10204 tipo 3.1 ou equivalente, contendo composição química e propriedades mecânicas, acabamento superficial adequado para usinagem, identificação e rastreabilidade por lote.</p>	UN	1	5
5	<p>Barra circular em aço inoxidável austenítico AISI/ASTM 304L, designação X2CrNi18-9 (1.4307), conforme NF EN 10272, fornecida na condição trabalhada a frio (encruada), diâmetro nominal 2 1/2" (\approx 60 mm), em barras de 6 m.</p> <p>Material com teor máximo de carbono de 0,03%, resistência à corrosão compatível com a classe 304L, resistência à tração mínima de 500 MPa, limite de escoamento mínimo de 190 MPa e alongamento mínimo de 45%, conforme norma aplicável.</p> <p>Fornecimento com certificado de qualidade EN 10204 tipo 3.1 ou equivalente, contendo composição química e propriedades mecânicas, acabamento superficial adequado para usinagem, identificação e rastreabilidade por lote.</p>	UN	1	5
6	<p>Barra circular em aço inoxidável austenítico AISI/ASTM 304L, designação X2CrNi18-9 (1.4307), conforme NF EN 10272, fornecida na condição trabalhada a frio (encruada), diâmetro nominal 3 1/4" (\approx 80 mm), em barras de 6 m.</p> <p>Material com teor máximo de carbono de 0,03%, resistência à corrosão compatível com a classe 304L, resistência à tração mínima de 500 MPa, limite de escoamento mínimo de 190 MPa e alongamento mínimo de 45%, conforme norma aplicável.</p> <p>Fornecimento com certificado de qualidade EN 10204 tipo 3.1 ou equivalente,</p>	UN	1	5

	contendo composição química e propriedades mecânicas, acabamento superficial adequado para usinagem, identificação e rastreabilidade por lote.			
7	<p>Barra circular em aço inoxidável austenítico AISI/ASTM 304L, designação X2CrNi18-9 (1.4307), conforme NF EN 10272, fornecida na condição trabalhada a frio (encruada), diâmetro nominal 4" (≈ 100 mm), em barras de 6 m.</p> <p>Material com teor máximo de carbono de 0,03%, resistência à corrosão compatível com a classe 304L, resistência à tração mínima de 500 MPa, limite de escoamento mínimo de 190 MPa e alongamento mínimo de 45%, conforme norma aplicável.</p> <p>Fornecimento com certificado de qualidade EN 10204 tipo 3.1 ou equivalente, contendo composição química e propriedades mecânicas, acabamento superficial adequado para usinagem, identificação e rastreabilidade por lote.</p>	UN	1	5

5. Levantamento de Mercado

Em atendimento ao disposto no inciso III do art. 7º, c/c §1º, da Instrução Normativa nº 40/2020, o levantamento de mercado teve por finalidade a prospecção e análise de soluções disponíveis para atendimento da necessidade administrativa, considerando a aquisição de insumos destinados à fabricação de sobressalentes para os Submarinos Classe Riachuelo. O estudo buscou identificar alternativas compatíveis, bem como verificar a existência de contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública e avaliar a adequação dos modelos de contratação adotados.

Nesse contexto, foram analisadas práticas observadas em contratações análogas, com destaque para a utilização do pregão eletrônico e do Sistema de Registro de Preços (SRP), modalidade adequada quando há necessidade de aquisições recorrentes com entregas parceladas. A ampla competitividade do pregão eletrônico favorece a obtenção de proposta mais vantajosa, enquanto o SRP confere flexibilidade no atendimento da demanda ao longo da vigência da ata, com manutenção dos preços registrados.

Como alternativa, foi considerada a adesão a Atas de Registro de Preços vigentes no âmbito da Administração Pública. Para tanto, foi realizada pesquisa de atas existentes; contudo, não foram identificadas atas que atendessem, de forma integral, às especificações técnicas, requisitos de qualidade e condições necessárias ao atendimento da demanda, o que inviabiliza a adesão a instrumentos de terceiros.

Ressalta-se, ainda, que os itens a serem adquiridos não possuem previsão no Catálogo Eletrônico de Padronização de Compras, Serviços e Obras da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, conforme Portaria SEGES/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022, o que demanda a definição das especificações técnicas no âmbito deste processo.

Dessa forma, considerando as alternativas analisadas, conclui-se que a realização de procedimento próprio por meio do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada ao atendimento da necessidade administrativa, tendo em vista o caráter recorrente da demanda, a possibilidade de entregas parceladas e a inconveniência de formação de estoques elevados. O emprego do SRP encontra respaldo nos incisos I e II do art. 3º do Decreto nº 11.462, de 2023, atendendo às necessidades operacionais e logísticas da Administração.

6. Descrição da solução como um todo

Solução Adotada

A presente contratação tem como objetivo garantir a aquisição de insumos necessários à fabricação de sobressalentes para atender às demandas dos períodos de manutenção dos Submarinos da Classe Riachuelo, contribuindo para o adequado atendimento das necessidades operacionais.

Dessa forma, optou-se pela realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item, com adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), em razão da natureza comum do objeto e da necessidade de contratações frequentes e parceladas, conforme especificações e quantitativos constantes dos subitens 4 e 7 deste Estudo.

Justificativa do Princípio da Padronização – Art. 40, V, “a”, da Lei nº 14.133/2021

A presente contratação observa o princípio da padronização, previsto no art. 40, inciso V, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021, ao adotar especificações técnicas compatíveis com padrões utilizados pela Administração para bens de mesma natureza.

O objeto foi descrito de forma a atender às necessidades funcionais, respeitando critérios de uniformidade e compatibilidade com os serviços prestados. As especificações técnicas foram definidas com base em parâmetros consolidados, evitando exigências restritivas, de modo a permitir a competitividade sem prejuízo da padronização adotada.

Justificativa da Inviabilidade de Outras Soluções – Art. 44 da Lei nº 14.133/2021

Nos termos do art. 44 da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve considerar, no planejamento da contratação, as alternativas possíveis à aquisição, avaliando sua vantajosidade em relação a outras soluções, como locação de bens ou contratação integrada.

No presente caso, o objeto consiste na aquisição de insumos destinados à fabricação de sobressalentes, classificados como materiais de consumo aplicados à manutenção dos Submarinos da Classe Riachuelo. Por sua natureza, tais itens são consumidos durante o uso, não sendo compatíveis com modelos de locação ou contratação integrada, o que torna a aquisição a alternativa adequada.

A utilização contínua desses insumos nos ciclos de manutenção, bem como a necessidade de reposição conforme demanda técnica, requer a manutenção de estoque pela Organização. Adicionalmente, a contratação de solução integrada não se mostra aplicável a itens padronizados e de reposição recorrente.

Dessa forma, a aquisição apresenta-se como solução adequada ao atendimento da necessidade administrativa, estando devidamente motivado nos autos o afastamento das alternativas previstas no art. 44 da Lei nº 14.133/2021.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades foi desenvolvida com base no disposto no Art. 40, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, as quantidades expressas dos itens de sobressalentes agregadas ao presente processo, foram objeto de verificação e estabelecimento a partir das necessidades verificadas após a execução dos períodos de manutenção dos Submarinos da Classe Riachuelo para suprir o déficit de material associado às atividades complementares e periféricas ao escopo da manutenção, que visa suportar o atendimento dos seguintes requisitos das demandas:

Prováveis variações em função de itens que venham a apresentar demandas crescentes e/ou irregulares, decorrentes ou mesmo resultantes de fatores observados ou providências acompanhadas (inclusive, no possível estabelecimento de antecipação quanto a programação futura já esperada).

O detalhamento da quantidade estimada dos materiais a serem contratados encontra-se no item 4 deste instrumento.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 447.215,35

O valor total estimado para a presente licitação é de R\$ R\$ 447.215,35 (quatrocentos e quarenta e sete mil, duzentos e quinze reais e trinta e cinco centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Com fundamento no art. 18, § 1º, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, admite-se o parcelamento da solução na presente contratação, com o objetivo de promover a competitividade, a isonomia e a economicidade.

Considerando que o objeto é divisível, a contratação por itens possibilita a participação de um maior número de fornecedores, contribuindo para a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração. Nesse sentido, adota-se o parcelamento em detrimento do agrupamento, por se mostrar mais adequado ao interesse público e à eficiência das contratações.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Pelas especificações e aplicações diretas aos Meios, no momento da confecção deste Estudo, não há contratações que guardam afinidade com os itens do objeto da compra pretendida.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação em questão está diretamente alinhada com os objetivos estabelecidos no planejamento estratégico da organização, sendo prevista no Plano de Contratações Anual de 2026.

12. Justificativa Inaplicabilidade ME/EPP

Nos termos do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal, considerou-se a possibilidade de adoção da exclusividade e da reserva de cotas conforme previsto, nos arts. 6º a 8º do referido Decreto, em consonância com os arts. 47 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Entretanto, a presente contratação refere-se à aquisição de insumos destinados à fabricação de sobressalentes aplicados em submarinos da Marinha do Brasil, os quais demandam atendimento a requisitos técnicos específicos e padronizados. O mercado fornecedor desses materiais é composto, em sua maioria, por empresas especializadas de médio e grande porte.

Com base no histórico das contratações anteriores e nas pesquisas de mercado realizadas, verificou-se que o mercado fornecedor para esses itens é mais restrito, havendo número limitado de empresas habilitadas a atender os requisitos técnicos e operacionais impostos pela natureza do objeto. Diante desse cenário, a restrição da participação às ME/EPP poderia comprometer a competitividade do certame e, sobretudo, resultar em descontinuidade no fornecimento e ruptura de estoque.

Dessa forma, optou-se por abrir a participação a empresas de todos os portes, inclusive para itens com valor inferior a R\$ 80.000,00, resguardando-se às ME e EPP o tratamento diferenciado previsto no art. 45 da LC nº 123/2006, quanto à aplicação das regras de desempate.

Adicionalmente, nos termos do art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, não será aplicada a reserva de cota de 25% para ME e EPP, considerando que tal medida não se mostra adequada ao tipo de objeto licitado e poderia comprometer o conjunto do fornecimento.

Dessa forma, a decisão de não aplicar as disposições do Decreto nº 8.538/2015 está amparada no art. 10, inciso II, do próprio Decreto, que autoriza a Administração a afastar a aplicação das referidas medidas quando elas não se mostrarem vantajosas ou representarem prejuízo ao conjunto do objeto contratado, desde que devidamente justificadas, como ocorre no presente caso.

"Art. 10. Não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º quando: (...)

II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;"

13. Justificativa Aplicabilidade SRP

O emprego do Sistema de Registro de Preços (SRP) encontra respaldo nos incisos I, II e V, do art. 3º, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023. Tal escolha se justifica em razão das peculiaridades do processo de aquisição de itens de sobressalentes, que exige contratações frequentes e entregas parceladas. Além disso, devido à natureza do objeto, não é possível definir previamente o quantitativo exato a ser demandado pela Administração por vez.

Ressalta-se que os itens licitados são usados regularmente e com aplicação direta ao meio. Diante disso, a adoção do SRP mostra-se a escolha mais acertada, tanto por trazer para o Órgão o benefício da economia de escala, dentre outras vantagens.

Como característica do SRP, destaca-se a não obrigatoriedade de contratação das quantidades estimadas licitadas, o que permite à Administração requisitar os itens conforme a real necessidade, de forma escalonada e planejada. Tal flexibilidade é essencial para o atendimento ao cronograma estabelecido para as revisões gerais obrigatórias e eventuais dos Submarinos da Classe Riachuelo, cuja demanda é variável e depende de fatores operacionais e logísticos.

14. Justificativa Inaplicabilidade de IRP

No presente certame, destaca-se a necessidade de celeridade na obtenção dos materiais. A participação de outros órgãos não integrantes da estrutura da Marinha do Brasil implicaria a adoção de trâmites administrativos adicionais, com potencial de comprometer o cumprimento de prazos críticos, podendo ocasionar atrasos e risco de desabastecimento de insumos destinados à fabricação de sobressalentes para os Submarinos da Classe Riachuelo. Considerando a especificidade dos itens licitados e sua destinação exclusiva às atividades de manutenção dos Submarinos da Classe Riachuelo, não se mostra adequada a ampliação da participação de outros órgãos no presente processo, uma vez que tais itens não atendem, em regra, a demandas externas à Marinha do Brasil.

Tendo em vista a especificidade do objeto, as peculiaridades logísticas da Força, não é conveniente a participação e não existem IRPs em andamento de outros órgãos, uma vez que tais contratações não atenderiam as necessidades administrativas e operacionais da Instituição.

15. Justificativa Inaplicabilidade Adesão

Não será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços que eventualmente venha a ser decorrente deste certame, em razão da especificidade e uso dos itens pela Marinha do Brasil, além da limitação da capacidade administrativa da unidade demandante para gerir adesões externas, conforme autorizado pela regulamentação vigente.

16. Atividade de Custeio

Conforme Decreto 10.193 de 27 de dezembro de 2019 da Presidência da República que versa no âmbito do Poder Executivo Federal, limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens, acurada análise preliminar, esta Organização Militar certifica o enquadramento do objeto como não sendo atividade de custeio.

17. Compatibilidade Orçamentária

Conforme disposto no art. 40, inciso V, alínea “c”, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a despesa estimada para a contratação objeto do presente processo é compatível com as previsões constantes nas leis orçamentárias vigentes, notadamente o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), havendo dotação orçamentária suficiente para suportar a respectiva despesas.

18. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Por meio da presente contratação, a Marinha do Brasil busca garantir materiais com a qualidade necessária para assegurar o desenvolvimento e manutenção de suas atividades operativas, como também obter economia de escala e redução dos custos logísticos de sua Cadeia de Suprimentos, permitindo o fiel cumprimento da missão da Marinha do Brasil.

19. Providências a serem Adotadas

A Administração deverá:

- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
- Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do produto recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado.

20. Possíveis Impactos Ambientais

Os possíveis impactos ambientais são aqueles relativos às substâncias utilizadas para a fabricação dos materiais. Como medidas sanadora, estão sendo exigidos critérios de sustentabilidade no Termo de Referência, eliminando assim os possíveis impactos.

21. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

21.1. Justificativa da Viabilidade

Consoante o inciso XIII do art. 9º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022, os estudos técnicos preliminares demonstraram a viabilidade da solução proposta. Tal conclusão fundamenta-se na análise dos aspectos técnicos, orçamentários e operacionais, evidenciando a aderência às necessidades da organização e a adequação do objeto aos objetivos estabelecidos.

A avaliação realizada indica que a execução contratual é compatível com as condições e capacidades da organização, estando alinhada às práticas de mercado e às diretrizes de governança aplicáveis. Não foram identificados óbices que possam comprometer a implementação da solução, motivo pelo qual se conclui pela sua adequação e viabilidade.

22. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NICHOLAS RAMALHO DA SILVA MENDES

Encarregado da Seção de Garantia da Qualidade

CHARLES FERNANDES DA SILVA

Ordenador de Despesas